

MP de apoio ao esporte passa com emenda e volta à Câmara

Waldemir Brito/Senado Federal

Romero Jucá, líder do governo (E), ao lado de um grupo de senadores no Plenário: acordo partidário permitiu a votação ontem



Proposta amplia a bolsa-atleta e cria outros incentivos aos esportistas, além de modificar a Lei Pelé

Medida provisória editada no final do ano passado criando novos incentivos para a formação de atletas no país foi aprovada pelo Plenário do Senado ontem. Mas, como seu texto foi modificado pelo relator, Alvaro Dias, precisará retornar à Câmara dos Deputados, para uma nova votação, antes de virar lei. **3**

Em regime de urgência, Câmara deve votar hoje novo valor do mínimo **4**

Senado pode firmar convênio com a AGU **2**

Adesão à Unasul espera por votações **6**

Revista analisa como expandir banda larga **2**



Senadores e deputados se reuniram na liderança do PSB no Senado: reforma política precisa ser discutida com a sociedade

Parlamentares criam frente sobre reforma política

Senadores e deputados deverão formar, no mês que vem, uma frente mista em defesa da

reforma política. A iniciativa foi acertada ontem, depois que parlamentares de diversos partidos

– PT, PCdoB, PSB e PSOL – defenderam debate com participação da sociedade. **5**

Morieira Mariz/Senado Federal

As duas instituições poderão criar meios de integração e de intercâmbio de informações. AGU já firmou mecanismo semelhante com a Câmara dos Deputados

Senado e AGU estudam convênio entre áreas jurídicas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, e o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, deram início ontem a entendimento para firmar convênio entre as áreas jurídicas da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Senado. Sarney afirmou a intenção de promover intercâmbio entre as duas instituições.

Adams explicou que o objetivo do convênio é estabelecer mecanismos de integração e troca de informações, para aprimorar a representação judicial do Senado.

– Isso não tem a ver com um problema específico, mas é mais um processo de instalação e estruturação dessa atividade de representação da Casa, da União – salientou.

A assinatura do termo de cooperação atende a determinação constitucional segundo a qual cabe à AGU representar judicialmente a União, função que inclui os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. No ano passado, o órgão assinou



Ministro Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, foi recebido pelo presidente do Senado

convênio semelhante com a Câmara dos Deputados.

O advogado-geral da União lembrou episódio em que a AGU defendeu a legalidade da interpretação dada pelo então presidente da Câmara, Michel Temer, quanto à tramitação das

medidas provisórias.

– O presidente da Câmara entendeu que não haveria interrupção das deliberações nos casos em que o objeto fosse uma resolução ou uma emenda constitucional ou algum ato que não fosse submetido ao rito da medida provisória. Naquela ocasião, a decisão foi questionada e a AGU fez a defesa da decisão do presidente – relatou.

Segundo Adams, a assinatura do convênio depende ainda de análise da área jurídica do Senado. A expectativa é de que uma posição seja definida nesta semana.

TST

Sarney também recebeu ontem ministros do Tribunal Superior do Trabalho eleitos para a nova diretoria do órgão. Na ocasião, o presidente do Senado foi convidado para a cerimônia de posse da nova diretoria, marcada para o dia 2 de março. Participaram do encontro os ministros João Oreste Dalazen, eleito presidente do TST; Maria Cristina Peduzzi, vice-presidente; e Barros Levenhagen, corregedor.



Revista *Em Discussão!* é entregue a Sarney pelo diretor do Jornal, Eduardo Leão

Revista mostra debate sobre a expansão da banda larga

As propostas para a massificação da internet em alta velocidade no Brasil, anunciada como prioridade do governo pela presidente Dilma Rousseff, são o tema da revista *Em Discussão!* de fevereiro, lançada ontem. O centro das atenções é o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), tema de debate no ano passado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

Lançado pelo governo, o PNBL – e a consequente reativação da Telebrás, que está em curso – é alvo de críticas de especialistas, principalmente aqueles vinculados às grandes empresas de telecomunicações, as chamadas teles.

Em um diagnóstico do setor apresentado pela revista, fica evidente que o Brasil tem poucas conexões de banda larga e que a sua velocidade está muito aquém da de outros países, apesar do alto custo. Ranking desenvolvido por uma agência da ONU, por exemplo, coloca

o Brasil em 60º lugar entre 149 nações analisadas.

Se o PNBL prevê medidas em que o Estado volta a ter ação direta no setor, as teles defendem o modelo atual, que necessitaria apenas de ajustes para dar continuidade à popularização da banda larga. Já os pequenos provedores se colocam à disposição para levar o serviço a locais não atendidos e, para isso, sugerem incentivos fiscais – como a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) – e uma melhor regulação de preços no atacado.

Dilemas da legislação atual sobre telecomunicações e a forma como outros países desenvolvem seus programas de expansão da banda larga também são abordados pela *Em Discussão!*

Os debates na CCT serviram de base para a produção da revista, que também poderá ser lida no endereço www.senado.gov.br/emdiscussao.

Homenagem a Sarney por apoio a festa de Barretos

O presidente do Senado, José Sarney, foi homenageado ontem por ter contribuído para a construção do Parque do Peão de Barretos, cidade do interior de São Paulo, onde se realiza anualmente a Festa do Peão de Boiadeiro. O senador recebeu dos organizadores do evento Miguel Angelo Guimarães e Marcos Murta um troféu em formato de cavalo, que celebra os 25 anos do parque.

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o parque foi construído em 1985, tendo recebido apoio do então presidente da República, José Sarney. Ele visitou a cidade na época e prometeu apoiar a liberação de recursos do governo federal para a construção do espaço e a reforma da pista do aeroporto local, o que, segundo os organizadores, contribuiu para o crescimento da tradicional festa, criada em 1956.

Sarney foi convidado pelos organizadores do evento a voltar a Barretos, em agosto, para acompanhar a edição deste ano da festa.



Organizadores do evento entregaram ao senador um troféu no formato de cavalo

Vanessa celebra internet por fibra ótica em Manaus

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comunicou a chegada a Manaus, na última sexta-feira, da internet em banda larga transmitida por fibra ótica. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, esteve na cidade para o lançamento da inovação.

A chegada da internet em banda larga por fibra ótica foi possível graças à exigência feita pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) à empresa Oi para efetivação da compra, pela empresa, da Brasil Telecom. O cabo de fibra ótica que alimenta Manaus veio de Boa Vista, cidade que recebe o sinal da Venezuela, após acordo entre os governos do Brasil e do país vizinho.

O empreendimento da Oi contou com financiamentos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Para a parlamentar, é importante a presença do Estado como indutor do desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas do país. Do contrário, afirmou ela, as populações dessas localidades ficarão cada vez mais marginalizadas.



Vanessa Grazziotin diz que custo do acesso à internet caiu drasticamente

A senadora afirmou que, além de mais facilidade e agilidade na obtenção de dados, os custos caem significativamente. Segundo ela, o custo para a transmissão a 300 Mbps (megabytes por segundo), antes de R\$ 400, caiu para R\$ 39,90. O sinal de banda larga chegava até Manaus por satélite.

A senadora lembrou que o parque industrial de Manaus – hoje o maior parque eletrônico e de duas rodas da América Latina – sofria muito com o alto custo e a baixa qualidade do acesso à rede mundial.

A representante amazonense lembrou a importância do acesso mais fácil e barato à internet para o desenvolvimento da educação e a inclusão da cidade na área de informática.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC da Caatinga segue na pauta de votações

14h O Plenário reúne-se em sessão deliberativa para analisar, entre outros itens, a proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência Encontro com o embaixador chinês

11h O presidente do Senado, José Sarney, recebe a ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti; às 11h30, se encontra com a procuradora regional da República Ana Borges Coêlho Santos; e às 12h, com o embaixador chinês no Brasil, Qiu Xiaoyi. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

CCJ: propostas autorizam cassinos e casas de bingo

O Senado analisará propostas que autorizam o funcionamento de casas de jogos. Uma delas permite a abertura de casas de bingo, e a outra, a exploração de cassinos em hotéis de selva e hotéis-fazenda da Amazônia e do Pantanal.

Os dois projetos, apresentados este ano por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), aguardam a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O jogo de bingo foi proibido em todo o Brasil pela Medida Provisória 168/04. O projeto que autoriza o seu retorno (PLS 31/11) prevê que o controle, a sistematização, a arrecadação e o pagamento dos prêmios ficarão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que determinará as regras de funcionamento dos estabelecimentos e expedirá autorização às empresas interessadas em explorar a modalidade de jogo.

Segundo o autor da proposta, a "abrupta proibição do jogo do bingo" acabou com uma série de ilegalidades, mas também prejudicou empresários sérios, "que geravam empregos, renda e impostos". Mozarildo esclarece que o projeto transfere, com maior abrangência e controle do que anteriormente, o gerenciamento do jogo do bingo, mas não prevê a liberação de máquinas caça-níqueis.

Da CCJ, o PLS 31/11 segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e tem decisão terminativa na de Assuntos Econômicos (CAE).

Cassinos

A autorização para o funcionamento de cassinos em hotéis engloba os seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O projeto (PLS 30/11) visa, segundo Mozarildo, dotar as regiões amazônica e do Pantanal de mecanismos capazes de promover o desenvolvimento e minimizar as desigualdades sociais.

– O funcionamento dos cassinos é fator de desenvolvimento em qualquer parte do mundo e a autorização de funcionamento nas regiões pretendidas reveste-se de maior importância na medida em que também é um mecanismo de estímulo ao grande potencial local, o ecoturismo – assinalou.

O senador explica que o fluxo de turistas terá como ênfase a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, promovendo, por outro lado, geração de empregos, "um dos grandes problemas da região e do país". Após análise da CCJ, a proposta será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, em seguida, pela CAE, terminativamente.

Projeto foi votado ontem no Plenário, mas modificação proposta pelo relator, Alvaro Dias, obriga nova análise pelos deputados. MP original amplia o alcance da bolsa-atleta, entre outras medidas de incentivo à formação de esportistas

Acordo permite aprovação da MP do Esporte, que retorna para a Câmara

ACORDO ENTRE O governo e a oposição permitiu que os senadores aprovassem ontem a Medida Provisória (MP) 502/10, que cria novas normas e programas para o esporte e modalidades no recebimento da bolsa-atleta.

A MP, aprovada mediante o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/11, altera a Lei Pelé (Lei 9.615/98) e tem por principal objetivo a formação de atletas profissionais. No Senado pela segunda vez, o projeto recebeu emenda do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), e retornou à Câmara.

A MP original criou novas categorias para o recebimento da bolsa-atleta, os programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva e uma rede nacional de treinamento esportivo visando às Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Os deputados incorporaram à MP emendas que estabelecem novas regras de relacionamento profissional entre atletas e entidades desportivas previstas no Projeto de Lei 5.186/05.

Para dar celeridade à tramitação da proposta, cujo objetivo é aumentar a participação do governo na formação de atletas, com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, foi anexado à MP o projeto (PLC 9/10), que tratava do relacionamento dos atletas com os clubes, já apreciado no Senado.

O PLV 1/11 também garante o chamado direito de arena dos clubes esportivos – prerrogativa de negociar com as redes de TV a transmissão dos jogos.

O senador Alvaro Dias – também relator do PLC 9/10 – acrescentou emenda que garante à Confederação Brasileira de Clubes, para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, 1/6 dos recursos destinados ao Ministério dos Esportes provenientes de prêmios e concursos da Loteria Federal (deduzida a fração repassada às secretarias estaduais de esportes).

Diversos senadores ressaltaram a relevância do tema num momento em que o país se prepara para sediar a Copa



Alvaro: recursos para a Confederação Brasileira de Clubes formar atletas

do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

– No Brasil, o esporte abre portas – sintetizou o senador José Agripino (DEM-RN).

Auxílio

A bolsa-atleta se divide em cinco níveis, desde o atleta de base até a categoria "pódio". A bolsa-atleta de base tem valor de R\$ 370 mensais destinados a esportistas de 14 a 19 anos que tenham obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais. Já a bolsa-atleta da categoria "pódio" é de R\$ 15 mil mensais, destinada a atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais que estejam entre os 20 melhores do mundo em sua prova.

Os atletas podem receber o benefício por quatro anos no período entre duas olimpíadas, e sua permanência no programa deve ser reavaliada a cada ano. Todas as bolsas-atleta são concedidas por um ano. Os que já são beneficiados pelo programa e tenham obtido medalhas olímpicas passam a ter prioridade na renovação, assim como os atletas da categoria pódio. Com as novas regras, os atletas podem solicitar a bolsa mesmo tendo patrocínio.

A MP criou também a Rede Nacional de Treinamento e o programa Cidade Esportiva, para incentivar o desenvolvimento local e regional de jovens atletas.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Moreira/Moniz/Senado Federal

Senadores destacaram no Plenário relevância do esporte no contexto atual

O que está previsto no projeto

🗳️ **Novas categorias** para a concessão da bolsa-atleta

🗳️ Criação do programa **Atleta Pódio**

🗳️ Programa **Cidade Esportiva** para municípios que incentivam o alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, com possibilidade de extensão para estados e Distrito Federal

🗳️ **Rede Nacional de Treinamento Esportivo** para fomentar o desenvolvimento local e regional de jovens atletas, visando às Olimpíadas e Paraolimpíadas

🗳️ Novas regras de **relacionamento profissional** entre clubes e atletas

🗳️ Permissão aos clubes esportivos para negociar a transmissão dos jogos (**direito de arena**) com as redes de TV

🗳️ Destinação de verbas à **Confederação Brasileira de Clubes**, para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos

🗳️ Previsão de **indenizações** para o atleta e o clube nos contratos de jogadores de futebol



Suplicy pede voto de louvor do Senado a Ronaldo Fenômeno

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou, ontem, requerimento de voto de louvor a Ronaldo Nazário de Lima, o Fenômeno, que anunciou anteriormente o encerramento de sua carreira de jogador de futebol.

Ronaldo foi duas vezes campeão mundial de futebol com a Seleção Brasileira – 1994 e 2002 – e três vezes eleito o melhor jogador do mundo pela Federação Internacional de Futebol Associação (Fifa) – 1996, 1997 e 2002.

Suplicy justificou a iniciativa lembrando "a grande alegria que o jogador proporcionou ao povo brasileiro e aos apa-



Senador ressalta trajetória vitoriosa do jogador no futebol mundial

xionados por futebol em todo o mundo".

Waldemir Barreto/Senado Federal

Sarney, sobre o Twitter: "A internet é a liberdade total"

O presidente do Senado, José Sarney, disse que "a internet é a liberdade total", ao comentar ontem a publicação no Twitter do Supremo Tribunal Federal (STF) de uma mensagem que indagava quando ele "penduraria as chuteiras", em uma menção à aposentadoria do jogador Ronaldo Fenômeno.

A mensagem foi publicada por iniciativa pessoal de uma funcionária do tribunal e o Supremo, após retirar do Twitter o comentário, divulgou nota oficial em que pedia desculpas ao senador.

Sarney disse ter conversado

sobre o ocorrido com o presidente daquela corte, Cezar Peluso, e, na ocasião, pediu que nenhuma medida ou punição contra a servidora fosse tomada.

Chuteiras

O senador também se disse agradecido pela comparação com o jogador, apelidado pela imprensa de Fenômeno, mas evitou tomar o título para si.

– Sou só um velho que tem procurado cumprir com seu dever para com o seu país – declarou Sarney, que disse não ter "chuteiras para pendurar".

Mário Couto critica opositores a mínimo maior



Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) se disse ontem surpreso e preocupado com o fato de parlamentares que no passado defendiam o trabalhador hoje estejam contra os seus interesses. O parlamentar lamentou que aqueles que defendem um salário mínimo maior sejam agora classificados como ofensores e agressores do governo.

– Hoje sobem nessa tribuna e dizem que o trabalhador, com o salário que tem, vive bem; que falar em salário [mínimo] de R\$ 600 ofende o governo. São aqueles mesmos que defendiam os trabalhadores brasileiros – afirmou.

Mário Couto disse ainda que os trabalhadores não sabem que a inflação chegou a 6% no ano passado “porque houve uma ganstança violenta, indiscriminada, com aumento de 15% nos gastos do governo na época da campanha eleitoral”.

– Isso tem que ser dito à nação. Eles deviam ter tomado providências na época da campanha, mas não tomaram porque poderiam ser afetados nos seus índices de popularidade. E hoje a nação começa a sentir o dissabor da inflação.

PSDB cobrou ajuste fiscal, diz Flexa Ribeiro



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) colocou em dúvida a eficácia do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento anunciado pelo governo. Ele disse que o Executivo ainda não explicou “onde e nem o que o pretende cortar”. Na opinião do parlamentar, o anúncio da presidente mostra que o PSDB estava certo quando avisou, durante a última campanha presidencial, que o país necessitava de “um forte ajuste fiscal” em virtude do grande aumento dos gastos públicos no governo Lula.

– Muito embora o discurso sobre a redução de gastos tenha parecido forte, a verdade é que, por enquanto, o anúncio não passa de um protocolo de intenções, já que não se enxerga ainda onde serão feitos os ajustes – avaliou.

No ano passado, disse, os gastos orçamentários aumentaram em R\$ 90,8 bilhões e, destes, R\$ 86 bilhões referem-se ao crescimento das despesas de pessoal e custeio.

– Está claro que a herança que Lula deixou para sua criação não é tão bendita como se alardeava durante a campanha eleitoral.

Ministros, parlamentares e representantes sindicais debateram ontem, em comissão geral, o valor do novo piso, que governo quer fixar em R\$ 545

Câmara deve votar hoje o novo mínimo, que divide o governo e a oposição

A CÂMARA DOS Deputados deve votar hoje, em regime de urgência, a proposta do governo que fixa o valor do novo salário mínimo em R\$ 545. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu, em comissão geral da Câmara, a manutenção da política de valorização do salário mínimo desenvolvida desde 2007, e cobrou o reajuste do piso para aquele valor.

O ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, também apresentou argumentos favoráveis ao valor proposto pelo governo. A oposição e as centrais sindicais querem uma quantia maior, de até R\$ 600. Mas as centrais divergiram em relação ao tamanho do aumento. O valor atual, fixado por medida provisória, é R\$ 540.

O PSDB e DEM argumentam que é possível reorganizar o Orçamento federal para acomodar um salário mínimo acima de R\$ 545. O PSDB, de acordo com o seu líder, Duarte Nogueira (SP), acredita que é possível fixar o mínimo em R\$ 600. Já o DEM trabalha pela aprovação de um piso de R\$ 560. Segundo o líder do partido,

ACM Neto (BA), existem compromissos do PDT, do PSDB e do PV de votarem esse valor.

Para o líder do PT, deputado Paulo Teixeira (SP), a proposta de reajuste para R\$ 545 é resultado de “uma política bem-sucedida que está mudando o Brasil”. O relator do projeto, deputado Vicentinho (PT-SP), disse que vai manter o valor proposto pelo governo.

No início do debate, deputados reafirmaram o acordo para votação nominal das emendas ao PL 382/11. Devem ser analisadas duas emendas – uma do DEM, que propõe um mínimo de R\$ 560, e outra do PSDB, que estipula o valor em R\$ 600. Depois de aprovada pela Câmara, a proposta será enviada ao exame do Senado.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), adiantou que, tão logo o salário mínimo seja aprovado pelo Congresso Nacional, o governo editará uma medida provisória para reajustar em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. (Com Agência Câmara)



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, defende a proposta durante debate em comissão geral da Câmara

Sarney confia em aprovação no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, voltou a defender o salário mínimo de R\$ 545, proposto pelo governo. Segundo o parlamentar, as duas maiores bancadas na Casa, PMDB e PT, já estão de acordo quanto à aprovação do projeto (PLC 382/11), que para ele deverá ser aprovado no Senado sem dificuldades.

– Teremos algumas divergências, natu-

ralmente, mas nada que comprometa a votação – disse.

Para Sarney, apesar de encontrar resistência por parte de alguns partidos e das centrais sindicais, a fórmula, acertada ainda no governo do ex-presidente Lula, precisa ser mantida. Além de alterar o valor do mínimo, o PL 382/11 estabelece a política de valorização para os próximos anos.

Vital do Rêgo afirma que austeridade de Dilma visa evitar aumento da inflação

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) contestou o discurso oposicionista de que a suspensão, pela presidente Dilma Rousseff, de R\$ 50 bilhões no Orçamento deste ano se tornou necessária graças à “ganstança” do governo Lula. Ele negou que o governo tenha agido tarde demais para controlar a inflação. A contenção dos gastos, sustentou Vital do Rêgo, evitará que o Banco Central precise “aumentar muito” a taxa de juros. O senador disse ainda que elevar o salário mínimo para R\$ 600 exigiria anualmente do governo gastos de cerca de R\$ 16 bilhões, especialmente com a Previdência Social, e a necessidade de comprimir “ainda mais” os investimentos públicos.



Vital do Rêgo

Wellington Dias elogia continuidade da política de valorização do mínimo

Wellington Dias (PT-PI) elogiou a manutenção, pela presidente Dilma Rousseff, da política de valorização do salário mínimo utilizada nos dois mandatos do ex-presidente Lula.

O senador enfatizou que a manutenção dessa política por um longo prazo permite ao setor público e ao setor privado fazer um planejamento, o que ajuda não só os pequenos municípios, que têm receitas limitadas, como também microempresários, pequenos comerciantes e até mesmo assalariados. Ele disse que o salário mínimo previsto para 2012, levando em conta uma inflação em torno de 5% este ano, será de aproximadamente R\$ 616, uma vez que a variação do PIB em 2010 foi de 7,5%.



Wellington Dias

Gleisi: Lula inaugurou política sustentável para o mínimo

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou o governo Lula pela implantação de uma política de recuperação da renda do trabalhador. Ela salientou que o processo de reajuste do salário mínimo garantiu aumento real aos trabalhadores de quase 60%, desde 2005. A sistemática de reajuste que está em vigor considera a inflação do ano anterior mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

Gleisi Hoffmann destacou ainda que a antecipação da data de reajuste anual de maio para janeiro, também iniciada por Lula, foi vantajosa aos trabalhadores.

– O Brasil é o único país entre as nações de economia expressiva que possui uma política de crescimento/recuperação do salário mínimo – disse.



Gleisi Hoffmann

Ângela defende prudência para evitar aumento da inflação

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a decisão da presidente Dilma Rousseff de não conceder agora aumento maior para o salário mínimo, ponderando que o governo decidiu cortar gastos para segurar a inflação, que vem subindo nos últimos meses.

Para ela, “é preciso olhar os indicadores da economia” e eles “recomendam prudência” e “rigor com os gastos públicos”. A presidente aceitou elevar o mínimo até R\$ 545, enquanto a oposição reivindica valores que vão de R\$ 560 a R\$ 600.

A senadora lembrou que Dilma se comprometeu a manter aumentos reais para o mínimo dentro de uma política de reajuste de longo prazo.

– A economia de hoje pode ser a fatura de amanhã – avaliou.



Ângela Portela

Inácio Arruda relata participação em Fórum Social no Senegal

Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez um relato de sua participação no Fórum Social Mundial, realizado em Dacar, no Senegal, e destacou a aproximação e a interação entre africanos e brasileiros, que na opinião do senador, cresceu na gestão do ex-presidente Lula.

Ao participar de mesa de debate sobre as relações Brasil-África, Inácio anunciou que o Brasil estuda a possibilidade de estender o Programa Universidade para Todos (Prouni) para os africanos que estudam em universidades brasileiras.

No painel que tratou da reforma urbana, ele defendeu a participação das regiões mais desenvolvidas e autônomas da África, especialmente do norte, no auxílio às demais regiões, e acrescentou que a Embrapa pode auxiliar na produção de soja naquele continente.

O senador também criticou “a interferência” das grandes potências mundiais no norte da África e no Oriente Médio.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador leu artigo que publicou no blog de Ricardo Noblat

“Capiberibe mente”, afirma Gilvam Borges

Em resposta ao que classificou como mentiras propagadas por seu adversário político João Capiberibe, Gilvam Borges (PMDB-AP) leu artigo de sua autoria intitulado “Capiberibe mente!”, publicado no blog do jornalista Ricardo Noblat na última quinta-feira. No artigo, Gilvam afirma que o “*juris espurniandis*”, direito de reclamar, é uma garantia constitucional, mas mentir não é.

O senador se refere a artigo de Capiberibe – “Três vezes cassado: uma na ditadura, duas na democracia” – publicado no mesmo blog, para dizer que Capiberibe mentiu, em especial sobre processo de 2004, que resultou na cassação dos mandatos dele e de sua esposa por compra de votos. Lembrou que Capiberibe disse ter sido cassado com base nas acusações de duas testemunhas de quem ele teria comprado dois votos por R\$ 26 cada.

Gilvam ressaltou que o processo foi público e quem quiser pode consultá-lo sob os números “21.264, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e 446.907, no STF”. Ele assinalou que o casal teve assegurado o direito à defesa e ao contraditório. Além disso, as sessões dos dois tribunais são públicas e abertas, acessíveis pela televisão e pela internet.

– O processo, que culminou com a cassação de João e Janete Capiberibe, já transitou em julgado e já perdeu o objeto. Ainda assim, é importante registrar: foi movido pelo PMDB no Amapá, baseado no conjunto probatório produzido pela Polícia Federal, Ministério Público Eleitoral e juizes eleitorais.

Entre as provas recolhidas pela PF na residência de Eunice Bezerra de Paula (ex-secretária de Educação no governo Capiberibe), disse Gilvam, foram confiscados R\$ 16 mil escondidos no forro da casa do cachorro; envelopes com adesivos dos candidatos; cadastro de 5,8 mil eleitores com endereço, nomes dos filhos, local de preferência para trabalhar, títulos de eleitor e locais de votação; relação de assessores; e recibos já assinados.

Senadores e deputados decidem recriar grupo para assegurar a participação popular nas discussões sobre as mudanças na legislação político-eleitoral. Comissões específicas foram criadas no Senado e na Câmara

Frente mista quer envolver sociedade no debate sobre a reforma política

A CRIAÇÃO DE uma frente mista sobre a reforma política com ampla participação popular foi aprovada ontem por um grupo de parlamentares interessados em aprofundar o debate com a sociedade. Eles agora vão buscar as 171 assinaturas na Câmara e as 27 no Senado para a formação da frente, que deverá ser lançada no dia 23 de março.

Para os defensores da frente, a discussão da reforma deve contar com intensa mobilização popular para que as alterações a serem feitas na legislação beneficiem tanto os partidos grandes quanto os pequenos, evitando assim que as legendas menores corram o risco de ficarem excluídas do processo político.

Realizada na liderança do PSB, a reunião que decidiu pela criação da frente contou com a participação dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), José Pimentel (PT-CE); das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Marinor Brito (PSOL-PA); do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) e da deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

Também participaram da reunião representantes da Associação



Moreira Mariz/Senado Federal

Senadores, deputados e representantes de entidades da sociedade civil defenderam a criação da frente parlamentar

dos Magistrados Brasileiros (AMB), do Conselho de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e do Departamento Intersindical de Atividade Parlamentar (Diap).

Manifesto

Em manifesto lançado na reunião, os parlamentares lembram que uma frente parlamentar pela reforma política fora instituída em março de 2007, na esteira dos trabalhos de comissão especial criada no ano anterior

na Câmara.

Em 2008, a frente promoveu audiência pública na Comissão de Legislação Participativa (CLP) com a presença dos ministros da Justiça e das Relações Institucionais para discutir projetos encaminhados pelo Executivo.

Com a reinstalação da frente, os parlamentares querem reafirmar que a mudança vá além de uma simples reforma do sistema eleitoral e partidário.

Rodrigo Rollemberg lembrou que tanto o Senado quanto a Câmara já definiram a reforma política como prioridade.

Ele observa que é preciso

estabelecer o objetivo dessa reforma, para saber se ela terá um enfoque simplesmente eleitoral ou se vai mirar em alterações profundas que aperfeiçoem a atividade política.

– Qual o objetivo da reforma? É para democratizar, dar transparência, reduzir o custo das campanhas e ampliar a participação popular? Para isso, [é necessária] a participação permanente da sociedade civil para que tenhamos uma reforma política a favor da população e que aprofunde a democracia, torne o Estado mais eficiente – afirmou.

Sarney diz que anteprojeto de reforma política sai em 45 dias

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a Comissão de Reforma Política, a ser instalada no dia 22 – data definida em acordo entre os membros –, terá de cumprir

impreterivelmente o prazo de 45 dias para elaborar um anteprojeto sobre o tema.

O senador havia anunciado na segunda-feira que a comissão seria instalada on-

tem, mas, por solicitação de seus integrantes, o início dos trabalhos ficou para próxima semana.

Segundo o presidente do Senado, a comissão, que será

presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), debaterá temas para a elaboração de um anteprojeto que será posteriormente examinado pelo Plenário do Senado.

Para Itamar, Regimento Interno é “totalitário”

Ao encaminhar uma questão de ordem à Mesa do Senado, Itamar Franco (PPS-MG) protestou contra a falta de equidade regimental, que privilegia, segundo o senador, as maiores bancadas e alguns senadores, com mais tempo para pronunciamentos na tribuna.

Itamar afirmou que é garantia constitucional a maior participação de um partido com maior número de parlamentares, “mas não é possível aceitar que um senador eleito por um partido só possa participar das comissões se contar com a generosidade de outro partido”.

– Não quero generosidade. Eu quero é justiça. Quero que nós, que fomos eleitos, sejamos um, dois ou 50, tenhamos equidade nesta Casa. Esse regimento que o Senado está aplicando a nós neste momento é totalitário e não pode existir numa Casa democrática – afirmou.

Para Itamar, “a responsabilidade por esse descalabro é de



Moreira Mariz/Senado Federal

Itamar: pequenos partidos têm que se agrupar para participar de comissões

um sistema criado para alijar os pequenos partidos nas comissões, forçando-os a se agruparem, independentemente de suas afinidades programáticas ou filosóficas, sob pena de exclusão do processo legislativo e sob o argumento de que a proporcionalidade partidária não os contempla”.

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou “a coerência política de Itamar”. Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apoiaram mudanças no regimento. Wilson Santiago (PMDB-PB) garantiu que a reivindicação será levada à Mesa para considerações.

Proporcionalidade deve orientar a escolha do comando de comissões

A regra da proporcionalidade partidária deverá orientar a escolha dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes para que não haja disputa desses cargos no voto. A tese prevaleceu entre os líderes aliados que se reuniram ontem com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O ponto da discórdia nesse processo era a concorrência entre PT e PSDB pelo comando da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Pelo critério da proporcionalidade estabelecido pela Mesa do Sena-

do, caberia ao PSDB a terceira escolha de presidência. Partidos com a primeira e a segunda maiores bancadas na Casa, respectivamente, o PMDB optou por presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), enquanto o PT já manifestou interesse pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao sair da reunião, o líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que só fecharia posição após discutir o assunto com a bancada petista e com os líderes partidários do bloco de apoio ao governo.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Líderes da base aliada discutem a questão com líder do governo Romero Jucá (E)

Tratado entra em vigor em 11 de março nos nove países que já o ratificaram, mas, no Brasil projeto ainda precisa ser aprovado na Câmara e no Senado

Adesão do Brasil à Unasul depende de votações

A ADESÃO DO Brasil ao Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cuja entrada em vigor foi anunciada ontem pelo Ministério das Relações Exteriores, depende da solução de um impasse político no Congresso. O projeto que submete o tratado à aprovação do Legislativo (PDC 1.669/09) aguarda votação no Plenário da Câmara há mais de um ano e, após a sua aprovação, será ainda submetido ao Senado.

Segundo nota divulgada pelo Itamaraty, o Brasil recebeu "com satisfação" a notícia de que o Uruguai depositou, em 9 de fevereiro, o instrumento de ratificação do tratado, completando nove ratificações de países sul-americanos – requisito para a entrada em vigor do tratado, que ocorrerá em 11 de março.



Marisa Serrano, em reunião do Parlasul de 2010, cobra regras claras sobre atribuições da Unasul e do Parlasul

A entrada em vigor do tratado, segundo a nota, "representa passo fundamental para a consolidação da Unasul". Pelo tratado, a entrada em vigor em cada país só ocorrerá 30 dias após a ratificação pelo próprio

país. No caso brasileiro, deverá ser aguardada a aprovação do tratado pelas duas Casas do Congresso. A votação na Câmara pode ocorrer nas próximas semanas.

– Logo após a votação do

projeto do novo salário mínimo, vamos abrir uma negociação para incluir o tema na ordem do dia na Câmara. Mas a votação deverá ser nominal, pois não há acordo com a oposição – antecipou o deputado Dr. Rosinha

(PT-PR), ex-presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e relator do tratado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara.

A falta de acordo entre governo e oposição a respeito do tema pôde ser constatada durante a última sessão do Parlasul, em dezembro de 2010, em Montevideu, Uruguai. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou a falta de regras claras que definam as atribuições da Unasul, da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do próprio Mercosul.

– Não sou contra a Unasul, mas contra a forma pela qual está constituído o tratado, passando por cima de todo o trabalho de décadas da Comunidade Andina e do Mercosul – afirmou Marisa.

Comissão decide sobre novas regras para indenizações a anistiados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deve examinar, em decisão terminativa, na próxima semana, projeto que modifica o cálculo do valor das indenizações por danos morais e materiais devidas a anistiados políticos.

Apresentado pelo ex-senador Expedito Júnior, o projeto (PLS 517/07) altera a lei que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, propondo deduzir, dos valores relativos aos danos materiais alegados pelos anistiados, aqueles recebidos em atividade remunerada exercida no período dos prejuízos que dizem ter sofrido em decorrência do regime militar. O projeto também determina fiscalização sobre as decisões relativas às indenizações.

Alegando que toda indenização deve ser calculada conforme a extensão do dano, Expedito Júnior argumenta que desconsiderar os valores recebidos pelo anistiado seria promover enriquecimento sem motivo às custas do Estado, "o que causa repúdio à consciência cívica".

"São bem conhecidos os casos de anistiados que não apenas conseguiram meio de subsistência após a intervenção do regime ditatorial em suas vidas – que os forçou a mudarem de trabalho e mesmo de país –, mas que chegaram a amealhar patrimônio material considerável e, até mesmo, superior ao que comporiam caso se mantivessem em seus empregos anteriores", afirma Expedito.

O relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), concorda com o projeto e considera justo deduzir, das indenizações



Relator na CCJ, Demóstenes Torres afirma que as deduções previstas no projeto são justas

por danos materiais, os valores recebidos. Demóstenes afirma que também concorda com a proposta de Expedito de que a indenização deve ser medida pela extensão do dano causado, englobando em seu cálculo lucros cessantes, danos emergentes e dano de natureza moral.

Cargos no INSS

A CCJ analisa ainda, também em decisão terminativa, projeto (PLC 178/10) que cria 14 cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS), com funções gratificadas e 510 funções comissionadas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A proposta cria ainda cargos efetivos de perito médico previdenciário. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), é favorável à proposta.

Renan cobra reação do Itamaraty ao tratamento a brasileiros na Espanha

Renan Calheiros (PMDB-AL) cobrou da tribuna uma reação enérgica do governo contra o tratamento dispensado pela Espanha a brasileiros, defendendo, se necessário, a utilização do princípio da reciprocidade diplomática.

O senador relatou que, em uma conexão em Madri, em janeiro, a estudante alagoana Marília dos Reis Vieira Guilherme, de 24 anos, que tinha como destino Portugal, foi retida ilegalmente pelo serviço de imigração e, 48 horas depois, repatriada.

Renan pediu uma postura mais firme do Itamaraty e sugeriu ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal que aumentem o rigor na fiscalização à imigração de espanhóis, caso o governo do país europeu não modifique o tratamento dispensado aos brasileiros.

O senador citou dados da embaixada do Brasil na Espanha segundo os quais, em fevereiro de 2008, 452 brasileiros foram impedidos de entrar naquele país: uma média de mais de 15 repatriações por dia. O então presidente Lula, segundo Renan, queixou-se ao representante da Comunidade Europeia, José Manuel Durão Barroso, e a Comissão de Relações Exteriores (CRE) debateu o assunto com o então embaixador espanhol, Ricardo Peidró.

O senador destacou que quando ocupou o cargo de ministro da Justiça, em 1998, elegeu como prioridade combater o tráfico de mulheres, que eram recrutadas com falsas promessas e terminavam sendo obrigadas a trabalhar



Renan sugere à Polícia Federal que aumente o rigor na fiscalização da imigração de espanhóis

em boates na Europa. Embora essas medidas "tenham amenizado a crise", Renan teme que a intolerância tenha voltado ao seu estado crônico.

– Somos uma das sociedades que mais fazem turismo internacional e com uma das mais altas médias de gasto diário em viagens ao exterior. Apesar disso tudo, brasileiras ainda são humilhadas e constrangidas por funcionários despreparados em aeroportos mundo afora, particularmente na Espanha – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Graziotin • Gilvam Borges • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Valdir Raupp

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



Marinor defende direitos dos pequenos acionistas da Telebrás

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) pediu ontem que os senadores investiguem a reativação da Telebrás, decidida no segundo mandato do ex-presidente Lula. Segundo afirmou, antigos pequenos acionistas da estatal estão sendo prejudicados com uma manobra que

recalculou a quantidade de ações da empresa, agora que ela foi reativada. Entre 1975 e 1995, todo cidadão brasileiro que adquiria uma linha telefônica fixa da Telebrás era obrigado a comprar ações da estatal para contribuir para o plano de expansão dos servi-

ços da empresa. Nesse período, milhões de brasileiros tornaram-se pequenos acionistas da Telebrás (com média de 4 mil a 5 mil ações por pessoa). – São milhões de brasileiros detentores de um pedacinho dessa estatal e muitos nem sabem que o são – disse.

Quando da privatização do setor de telecomunicações brasileiro, em 1998, essas ações perderam seu valor drasticamente, continuou Marinor. – As ações perderam valor e passaram a valer menos do que os papéis onde elas estavam impressas – acrescentou.

Mozarildo prega saída inteligente para a Amazônia

A busca de uma saída inteligente para que o Brasil não seja refém dos produtores europeus e norte-americanos foi proposta ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele defendeu a tese de que a Amazônia deve ser debatida sob o olhar dos amazônidas e para os amazônidas e alertou que os estrangeiros já teriam, inclusive, um lema: “floresta na Amazônia e fazendas nos Estados Unidos e países da Europa”.

No entender do senador, a cada dia se renova uma guerra travada há anos entre “os chamados ambientalistas” e “os que querem um desenvolvimento com respeito ao meio ambiente”. Para Mozarildo, por trás de diversas ONGs instaladas no Brasil utilizando como bandeira a defesa do meio ambiente existem, na verdade, interesses estrangeiros.

Mozarildo leu artigo assinado pelo economista Delfim Netto publicado na revista *Carta Capital*. Em texto intitulado “Paranoia e pererecas”, o ex-ministro alerta que, por trás da tentativa de impedir a duplicação de uma rodovia importante para o escoamento da produção, está o interesse na utilização dos recursos amazônicos “em benefício da Humanidade”.

– A riqueza de sua biodiversidade, um rico subsolo praticamente virgem e oceanos de água doce obviamente são objetos de consideração nas projeções das equipes de planejamento do desenvolvimento nos próximos 30 anos em muitos países – escreveu Delfim Netto.



Mozarildo cita artigo de ex-ministro Delfim Netto sobre a Amazônia

Cyro Miranda elogia prisão de grupo de extermínio em Goiânia



Senador elogia atuação dos Poderes Executivo e Judiciário de seu estado

A Operação Sexto Mandamento (não matará), da Polícia Federal, prendeu envolvidos em grupo de extermínio que atuava em Goiás e incluía policiais militares

O SENADOR CYRO Miranda (PSDB-GO) elogiou em Plenário a deflagração da Operação Sexto Mandamento, da Polícia Federal, que culminou no desmantelamento de um grupo de extermínio que vinha atuando no estado de Goiás.

Foram presas 13 pessoas até o momento – entre elas, policiais militares.

O grupo vinha sendo investigado havia mais de um ano pela Polícia Federal e tinha como

principal atividade a prática de homicídios com simulação de confronto entre as vítimas e os agressores, relatou o senador.

– Entre as vítimas, estão crianças, adolescentes e mulheres, sem qualquer envolvimento com a prática de crimes – disse.

O grupo, ainda segundo o senador, vai responder pelos crimes de homicídio qualificado em atividades típicas de grupo de extermínio, formação de quadrilha, tortura qualificada,

tráfico de influência, falso testemunho e ocultação de cadáver, entre outros crimes.

Cyro Miranda elogiou o trabalho dos policiais federais, militares e civis envolvidos na operação, a participação do Ministério Público de Goiás, da Secretaria de Segurança Pública e do Poder Judiciário estaduais e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ele também elogiou a pronta atuação do governo goiano.

Moka pede apoio de senadores para a implantação da Ferrosul

Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu a seus colegas apoio para a criação da Ferrosul, que interligará por ferrovias os estados do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul): Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Para o senador, trata-se de uma obra estratégica não só para esses estados, mas para todo o país.

– Não tenho dúvida em afirmar que a integração ferroviária entre Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul será um dos maiores empreendimentos do Brasil, uma das obras que trará resultados significativos a nossa economia – disse.

De acordo com o senador, a criação da Ferrosul trará bene-

fícios para os quatro estados e, particularmente, para a região sul-mato-grossense conhecida como Conesul (que abrange os municípios de Eldorado, Iguaçu, Itaipiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Sete Quedas e Tacuru) e a região metropolitana de Dourados. Nessas regiões, destacou Waldemir Moka, há grande produção de grãos, carnes, álcool e açúcar.

O parlamentar também acredita que a ferrovia será benéfica para a região do Bolsão Sul-mato-grossense, onde já estão instaladas ou previstas indústrias de celulose, lâminas de aço e fertilizantes.

– Como transportar essa grande produção sem logística de transporte adequada? – indagou.



Segundo Moka, implantação da ferrovia trará grandes benefícios para a região

Estudos técnicos recomendam aeroporto a 17 km de Porto Alegre, disse Paulo Paim



Paulo Paim apoia a construção de um novo aeroporto no RS

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que o Rio Grande do Sul necessita de um novo aeroporto, independentemente das obras de ampliação do Aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre. Para ele, se não for construído um novo aeroporto, a situação dos serviços de transporte aéreo poderá ficar caótica.

Paim observou que a Serra Gaúcha, o litoral ou a fronteira sul reúnem as condições necessárias para abrigar um novo aeroporto, mas um estudo técnico é que vai definir o local exato. Ele disse que um grupo voluntário de estudos concluiu ser indispensável a construção na região metropolitana.

Se isso não acontecer agora, alertou Paim, poderá ser impossível encontrar uma área

adequada devido à natural expansão urbana.

– O novo aeroporto será uma alavanca para o desenvolvimento, capaz de atender a 85% do PIB estadual, focado ainda no transporte aéreo de cargas, atualmente em queda no estado – avaliou.

Paim observou que, de acordo com estudos, a localização ideal do novo aeroporto seria uma área com 16 km², situada nos municípios de Nova Santa Rita e Portão. Nesse local, o aeroporto atenderia a Porto Alegre, distante apenas 17 km, e toda a região metropolitana, inclusive o centro e o norte do estado por meio da BR-386. Ele sugeriu dar ao novo aeroporto o nome de 20 de Setembro, em referência à Revolução Farroupilha.

Acir Gurgacz comemora os 30 anos da Juventude Socialista do PDT

A Juventude Socialista do PDT completou 30 anos ontem, período em que lutou pela manutenção “das conquistas do trabalhismo e pela aplicação da justiça social”, registrou o senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Com o trabalhismo e por meio de lideranças como Alber-

to Pasqualini, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, o país alcançou, na opinião do senador, o desenvolvimento e a industrialização, a legislação trabalhista com salário mínimo e férias e a jornada de oito horas.

Gurgacz também informou

o Plenário que as fortes chuvas que vêm caindo no país atingiram Rondônia e destruíram trecho da BR-429 entre as cidades de Presidente Médici e Costa Marques. Na segunda-feira, relatou, esteve no local e, chegando em Brasília, procurou a direção do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para que o problema seja resolvido.

O senador aplaudiu ainda as mudanças na Lei Pelé, aprovadas ontem pelo Senado, recomendando que o Congresso aprofunde a inserção das crianças no mundo dos esportes.



Senador quer estudar o assunto e propor soluções para que, no futuro, o país possa estar mais bem preparado para enfrentar situações de emergência e de calamidade

Viana propõe comissão para aperfeiçoar a defesa civil

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC) apresentou ontem, em Plenário, requerimento propondo a criação de uma comissão temporária para acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes à atuação da defesa civil no Brasil.

Ele foi motivado pelas enchentes e deslizamentos ocorridos este ano no Rio de Janeiro e no ano passado em Alagoas e Pernambuco, além de secas, incêndios florestais e outros desastres que periodicamente atingem as diversas regiões do país.

– É preciso entender como o sistema está estruturado, quais os meios de que dispõe para enfrentar situações de emergência e de calamidade pública, qual a eficácia das ações, em especial de prevenção, entre outras questões – explicou Jorge Viana.

Antes de apresentar o requerimento, o parlamentar fez uma retrospectiva da sua vida pública e do grupo político ao qual pertence no Acre. Ele revelou a influência que recebeu de militantes como Chico Mendes e o bispo dom Moacyr Grechi e de companheiros de militância, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ex-senadores Tião Viana (PT), seu irmão, e Marina Silva (PV), além do ex-governador acriano Binho



Jorge Viana recebe elogios pelo desempenho no governo do Acre

Marques (PT).

O senador destacou que seu grupo político venceu as últimas quatro eleições no estado.

Jorge Viana agradeceu à bancada petista pela inclusão de seu nome na comissão encarregada de analisar a reforma política. Ele opinou que a reforma poderá se constituir em ponto de partida para “a grande agenda política do próprio Poder Legislativo brasileiro”.

Elogios

Em aparte, o senador Humberto Costa (PT-PE) opinou que a maior contribuição que Jorge Viana e seu grupo político deram ao Acre foi livrá-lo “de todas

as mazelas advindas do crime organizado que manchou durante muito tempo a imagem do estado”. Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou Jorge e o seu irmão Tião Viana, por serem “comprometidos de corpo e alma” com o estado.

Por sua vez, o senador Blairo Maggi (PR-MT) testemunhou a serenidade e competência do ex-governador Binho Marques, com quem conviveu nas reuniões do Fórum dos Governadores da Amazônia, quando governou o Mato Grosso.

O senador João Pedro (PT-AM) comentou que a geração de Jorge Viana se contrapôs à “velha política” que se fazia no Acre, contribuindo decisivamente para impulsionar o desenvolvimento do estado.

Ao destacar que viu o Acre antes e depois do governo Jorge Viana, Pedro Taques (PDT-MT) elegeu como maior mérito do ex-governador a luta contra o crime organizado e em defesa dos direitos humanos.

O senador Wellington Dias (PT-PI) disse que a gestão de Jorge Viana tornou-se conhecida como o “governo das florestas”: o desenvolvimento do estado foi centrado na preservação do meio ambiente e no respeito ao homem e à mulher da região.



Importação de vários tipos de bolsa beneficiária usuários, afirma Davim

Paulo Davim: menor alíquota para bolsa de colostomia

Paulo Davim (PV-RN) levou ao Plenário proposta da presidente da Associação Brasileira de Ostomizados (Abraso), Candida Carvalheira, para redução da alíquota de importação das bolsas de colostomia. A Abraso representa, no Brasil, cerca de 100 mil ostomizados, pessoas que são obrigadas a usar, por questões patológicas, uma bolsa de colostomia para o trânsito intestinal ou vesical.

Segundo o senador, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, a alíquota foi reduzida para 6%, o que não resolveu o problema. Ele disse que uma bolsa de colostomia custa, no Brasil, R\$ 15, mas o custo em alguns países é o equivalente a US\$ 1 (cerca de R\$ 1,80). A importação de vários tipos, afirmou, facilitaria a vida de usuários que desenvolvem algum tipo de intolerância a algumas delas.

Humberto Costa: “SUS é mais bem avaliado por quem o utiliza”

Ex-ministro da Saúde, o senador Humberto Costa (PT-PE) informou ao Plenário que uma pesquisa divulgada nesta semana mostra que 30% dos entrevistados que “tiveram alguma experiência” no Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos 12 meses consideram “bons ou muito bons” os serviços. O trabalho foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do governo federal.

Para o senador, “não é novidade” afirmar que “a saúde pública vem sendo alvo predileto de críticos do sistema público e defensores da privatização da saúde”.

– A novidade é sabermos que os usuários do SUS não pensam da mesma maneira que esses críticos. Estes têm uma percepção do sistema público positiva, semelhante às obtidas nos estudos sobre serviços bancários e de telecomunicações – afirmou.

Saúde da Família

Humberto Costa registrou que a pesquisa mostra elevada aprovação do Programa Saúde da Família (PSF) e da distribuição gratuita de medicamentos.

– Nada menos que 80,7% dos entrevistados que utilizaram ou acompanharam algum familiar beneficiado pelo Programa Saúde da Família avaliaram o serviço como bom ou muito bom. A distribuição gratuita de medicamentos é percebida



Senador registra aumento de equipes do Saúde da Família no governo Lula

como um serviço bom ou muito bom por 69,6% dos usuários – informou.

O senador acrescentou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva quase dobrou o número de equipes do Saúde da Família, que passou de 16 mil em 2003 para 31 mil recentemente. Além disso, as equipes passaram a contar também com um dentista e um auxiliar de consultório dentário, afirmou.

Em aparte, Jorge Viana (PT-AC) sustentou que o Congresso precisa criar condições “mais adequadas” para o financiamento da saúde pública. Humberto Costa concordou e lamentou que o SUS “ainda padece de problemas graves” de pessoal e na qualidade do atendimento especializado e de urgência. Ele acrescentou que a origem destes problemas é a falta de dinheiro.



João Pedro comemora resultados do Minha Casa, Minha Vida

O senador João Pedro (PT-AM) comemorou os números apresentados pela direção da Caixa Econômica Federal na última sexta-feira, relativos à execução do programa Minha Casa, Minha Vida, lançado pelo governo federal em 2009.

Desde o lançamento do programa, o senador disse que a Caixa já financiou a construção de mais de 1 milhão de moradias, para atender um déficit habitacional de aproximadamente 7 milhões de residências.

– Faço esse registro para aplaudir a Caixa e essa política pública de Estado – disse o sena-

dor, para quem o governo está enfrentando um problema que durante anos só recebeu indiferença: “o absurdo de [haver] brasileiros sem moradia”.

João Pedro elogiou a Caixa pela construção de 13 mil moradias em Manaus dentro do Minha Casa, Minha Vida. Ele cumprimentou a instituição pela iniciativa pioneira de oferecer serviços bancários à população ribeirinha de seu estado com a utilização de barcos.

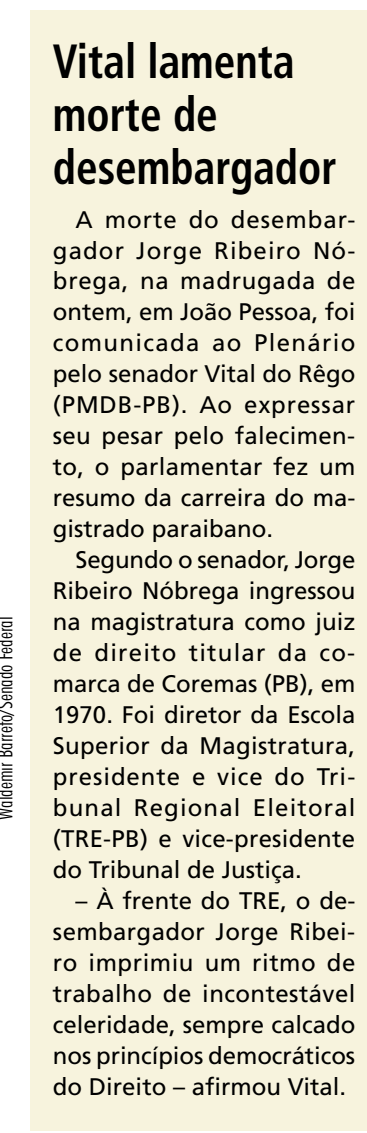
O senador Wellington Dias (PT-PI) manifestou seu apoio às avaliações feitas por João Pedro.

Vital lamenta morte de desembargador

A morte do desembargador Jorge Ribeiro Nóbrega, na madrugada de ontem, em João Pessoa, foi comunicada ao Plenário pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ao expressar seu pesar pelo falecimento, o parlamentar fez um resumo da carreira do magistrado paraibano.

Segundo o senador, Jorge Ribeiro Nóbrega ingressou na magistratura como juiz de direito titular da comarca de Coremas (PB), em 1970. Foi diretor da Escola Superior da Magistratura, presidente e vice do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB) e vice-presidente do Tribunal de Justiça.

– À frente do TRE, o desembargador Jorge Ribeiro imprimiu um ritmo de trabalho de incontestável celeridade, sempre calcado nos princípios democráticos do Direito – afirmou Vital.



Valdir Raupp quer pressa para reforma tributária

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou urgência na elaboração de uma reforma tributária, “tendo em vista o anacronismo do atual sistema de cobrança de impostos, que sufoca o cidadão, emperra e asfixia o desenvolvimento nacional”.

– Há mais de 35 tipos de impostos no Brasil. Poderiam ser reduzidos para meia dúzia – disse.

Segundo o senador, muitos tributos incidem sobre a mesma base e há cumulatividade tributária. Raupp criticou o aumento do custo dos investimentos em virtude do longo prazo de recuperação dos impostos sobre



Senador anuncia que fez o pedido ao secretário estadual da Fazenda gaúcha

Simon pede cancelamento de aposentadoria

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou ao Plenário que encaminhou, ao secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier, pedido de suspensão do pagamento da aposentadoria a que tem direito por ter sido governador do Rio Grande do Sul entre 1987 a 1990.

Simon requereu o benefício somente em novembro do ano passado, 20 anos depois do fim do seu mandato de governador. Desde então, o senador passou a receber R\$ 24,1 mil mensais.



Para Raupp, anacronismo do sistema tributário emperra o desenvolvimento bens de capital. “A guerra fiscal entre os estados, em razão da Lei Kandir, e a cobrança excessiva de impostos sobre a folha de pagamento das empresas também precisam ser resolvidas”, disse. O presidente do PMDB ainda defendeu a aprovação do projeto, em tramitação na Câmara, de um novo Código Florestal.